

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 E RELATÓRIO
DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes

Quadro 1 – Ativo

Quadro 2 – Passivo e patrimônio líquido

Quadro 3 – Demonstração do resultado do exercício

Quadro 4 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 5 – Demonstração do Resultado Abrangente

Quadro 6 – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos

Diretores

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH

Joinville - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos IDDH**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Interpretação ITG 2002, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução 1409/12.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos IDDH**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras que apresentam uma visão verdadeira e justa de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a

administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville (SC), 13 de junho de 2025

Ademir Schatzmann

CRC/SC nº 021.378/O- SC



SCHATZMANN AUDITORES

CRC/SC nº 6.430/O-1

QUADRO 01
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH
BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em Reais)

ATIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	774.333	947.049
Contas a Receber		104	796
Adiantamento de Projetos	07	31.965	-
Outras Contas a Receber		1.062	1.162
Total do Ativo Circulante		807.464	949.007
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	05	7.965	11.496
Total do Ativo Não Circulante		7.965	11.496
TOTAL DO ATIVO		815.429	960.503

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

QUADRO 02
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH
BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	06	-	6.887
Obrigações Sociais		22.698	15.383
Obrigações Tributárias		99	345
Outras Contas a Pagar		-	4.961
Adiantamento de Projetos	07	250.772	309.048
Total do Passivo Circulante		273.569	336.624
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social	08	623.879	701.653
Superávit (Déficit) do Exercício		(82.019)	(77.774)
Patrimônio Líquido		541.860	623.879
Total do Patrimônio Líquido		541.860	623.879
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		815.429	960.503

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

QUADRO 03**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em Reais)

	Nota	2024	2023
Receita Operacional Líquida		20.802	119.200
Outras Receitas Operacionais		65.079	430.989
Outras Receitas			
Doações		60.000	42.038
Recuperação de Despesas		5.079	-
Receita de Projetos		-	388.951
Total Receitas Operacionais		85.881	550.189
Despesas Operacionais		(235.528)	(681.925)
Despesas de Projetos		-	(577.129)
Administrativas	09	(232.405)	(98.378)
Tributárias		(3.123)	(6.418)
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas		67.628	53.962
Total Despesas Operacionais		(167.900)	(627.963)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO PERÍODO		(82.019)	(77.774)
Lucro (Prejuízo) do Exercício		(82.019)	(77.774)
Lucro (Prejuízo) por quota:		(0,01)	(0,01)

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

QUADRO 04**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH****DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Superávit / Déficit do Exercício	<u>(82.019)</u>	<u>(77.774)</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total de Outros Resultados Abrangentes do Exercício	<u>(82.019)</u>	<u>(77.774)</u>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

QUADRO 05
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH
MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS
(Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulado	Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2022	729.307	(27.654)	701.653
Incorporação ao Patrimônio Social	(27.654)	27.654	-
Déficit do Exercício	-	(77.774)	(77.774)
Em 31 de dezembro de 2023	701.653	(77.774)	623.879
Incorporação ao Patrimônio Social	(77.774)	77.774	-
Déficit do Exercício	-	(82.019)	(82.019)
Em 31 de dezembro de 2024	623.879	(82.019)	541.860

QUADRO 06**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO****MÉTODO INDIRETO**

(Em Reais)

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit/Superávit do Exercício	(82.019)	(77.774)
Ajustados por:		
Depreciação e Amortização	3.531	3.530
Variação nos Ativos e Passivos Operacionais		
Contas a Receber	692	-
Outras Contas a Receber	(31.865)	45.700
Fornecedores	(6.887)	(50.386)
Obrigações Sociais	7.315	15.228
Obrigações Tributárias	(246)	(1.595)
Outras Obrigações	(4.961)	(6.544)
Adiantamento de Projetos	(58.276)	309.048
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(172.716)	237.207
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Ativo Imobilizado	-	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	-	-
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(172.716)	237.207
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	947.049	709.842
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	774.333	947.049

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos – IDDH – é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, criada em 2004 no Brasil, buscando ampliar o número de educadores e defensores de direitos humanos. O IDDH possui status consultivo junto à ONU e é membro do Grupo de trabalho de ONGs para a Educação em Direitos Humanos das Nações Unidas de Genebra.

Tendo como missão promover a Educação para a cidadania como meio de diminuir desigualdades e fortalecer a democracia no Brasil. Ao longo do ano de 2024, o Instituto realizou as seguintes atividades:

Área de advocacy e Articulação: Celebração 20 anos IDDH

Em 2024, o IDDH celebrou duas décadas de atuação com uma programação especial. O Seminário **“Participação Social: Mecanismos Internacionais de Monitoramento e Seguimento de DH”**, realizado em 05 de junho na sede da OPAS/OMS em Brasília, contou com a presença de representantes da ONU, OEA, Mercosul, MEC, MDHC, além de parceiras/os nacionais e internacionais. O evento teve como objetivo fortalecer o debate sobre a participação da sociedade civil nos mecanismos internacionais de direitos humanos e ampliar o espaço cívico de atuação.

Participação nas Sessões Regulares do Conselho de Direitos Humanos da ONU

O IDDH participou ativamente das três sessões regulares do CDH/ONU em 2024 (55ª, 56ª e 57ª sessões), realizando manifestações orais, eventos paralelos e articulações em rede.

Evento Paralelo no HLPF 2024

Durante o Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF), o IDDH, em parceria com outras organizações, organizou evento paralelo com foco na promoção da Educação em Direitos Humanos no marco dos ODS 4, 16 e 17, reforçando seu compromisso com a implementação da Agenda 2030.

Coordenação do Coletivo RPU Brasil

O IDDH atua como organização coordenadora do Coletivo RPU Brasil, principal coalizão de monitoramento da Revisão Periódica Universal (RPU) no país. Em 2024, o Coletivo, composto por 39 entidades

Atuação no Colectivo EPU América del Sur

O IDDH também segue articulando o **Colectivo EPU América del Sur**, criado em 2021, com foco na integração regional no uso estratégico da RPU. Em 2024, o Coletivo realizou reuniões online e sua primeira reunião presencial, além de audiência temática na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH),

tratando da criação e fortalecimento de mecanismos nacionais de seguimento das recomendações da ONU.

Boletim Sociedade Civil no Conselho de DH

Três edições do Boletim foram publicadas em 2024, sistematizando a atuação das organizações brasileiras no Conselho de Direitos Humanos da ONU. O material é direcionado à Rede de Advocacy Internacional (RAI), e visa à transparência e à multiplicação das vozes da sociedade civil nos mecanismos internacionais.

Incidência em Outros Mecanismos da ONU

- Comitê sobre os Direitos da Criança: consulta pública com adolescentes e elaboração de relatório sobre a implementação do artigo 29 da Convenção no Brasil.
- Relatorias Especiais da ONU e da CIDH: envio de contribuições para as relatorias sobre Educação, Defensoras/es de Direitos Humanos e Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DESCA).

Publicação “RPU: Um Guia Prático”

Em parceria com a FES-Genebra, o IDDH lançou o guia “RPU: Um guia prático para a sociedade civil construir coletivos nacionais”, disponível em cinco idiomas. A publicação tem o objetivo de inspirar e orientar organizações de outros países a construírem articulações para incidência na RPU.

Curso “Agenda 2030: Juventudes nos Territórios”

Realizado de maio a outubro de 2024, o curso formou cerca de 280 jovens de todo o país, em três módulos: Conhecer, Articular e Incidir. Os participantes elaboraram planos de ação locais para a implementação da Agenda 2030. Ao final, cinco grupos foram selecionados para apresentar suas propostas em Brasília.

Curso “Advocacy ONU: Curso Básico”

Em sua 4ª edição, o curso online e assíncrono foi oferecido a 300 defensoras/es de direitos humanos, com foco no funcionamento do Sistema ONU, seus principais mecanismos (CDH, RPU, Comitês de Tratados, Procedimentos Especiais) e sua relação com os ODS da Agenda 2030. O curso foi realizado via plataforma EducarDH, com atividades práticas e avaliações.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão sendo apresentadas em Reais (R\$).

As Demonstrações Contábeis da **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos IDDH** foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucro, inclusive normas instituídas pela interpretação ITG 2002, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução 1409/12.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

b) Compensações entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Entidade, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos. Os saldos bancários e de aplicações financeiras cujos recursos irão compor prestações de contas aos doadores estão classificados como "com restrição", visto que sua aplicação é específica as finalidades previstas nos convênios.

d) Ativos Financeiros

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa".

e) Contas a Receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e mercadorias no decurso normal das atividades da Entidade.

As contas a receber de clientes no curto prazo, inicialmente, são reconhecidas pelo custo da operação e as de longo prazo pelo custo ajustado a valor presente (quando aplicável). Subsequentemente, essas contas são mensuradas pelo custo amortizado, menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos).

f) Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são apresentados pelo método do custo, deduzidos da respectiva depreciação. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do mesmo possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, conforme demonstrado a seguir:

Equipamentos de Informática 05 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

g) Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.

h) Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando relevante.

i) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

j) Apuração do Resultado do Superávit (Déficit)

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência dos exercícios. O **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos IDDH** reconhece como receitas e custos, os serviços recebidos gratuitamente e subvenções. As verbas recebidas para aplicação em projetos são reconhecidas no resultado à medida que o projeto é executado.

k) Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Entidade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

Créditos de liquidação duvidosa que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício, conforme a expectativa de perdas;

Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto à assessoria jurídica da Entidade;

Impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;

Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Depósitos Bancários a Vista	4.043	2.900
Aplicações Financeiras	770.290	944.149
Total de Caixa e Equivalentes	774.333	947.049

NOTA 5 – IMOBILIZADO

	Equip. de Proc. de Dados	Total
Taxas anuais de depreciação	20%	
Em 31 de dezembro de 2022		
Custo	19.451	19.451
Dep. Acum.	(4.425)	(4.425)
Valor contábil líquido	15.026	15.026
 Aquisição	-	-
Depreciação	(3.530)	(3.530)
Saldo Final	(3.530)	(3.530)
 Em 31 de dezembro de 2023		
Custo	19.451	19.451
Dep. Acum.	(7.955)	(7.955)
Valor contábil líquido	11.496	11.496
 Aquisição	-	-
Depreciação	(3.531)	(3.531)
Saldo Final	(3.531)	(3.531)
 Em 31 de dezembro de 2024		
Custo	19.451	19.451
Dep. Acum.	(11.486)	(11.486)
Valor contábil líquido	7.965	7.965

NOTA 6 – FORNECEDORES

	2024	2023
Servitec Serviços Ltda - ME	-	1.687
Monica Ottoboni	-	5.200
Total de Fornecedores	-	6.887

NOTA 7 - ADIANTAMENTO DE PROJETOS

O Instituto obtém subvenções para realização de seus projetos, que tem como objetivo promover a educação para a cidadania, diminuindo desigualdades e fortalecer a democracia no Brasil.

Sua participação se dá em forma de articulações e redes de direitos humanos visando acompanhar e incidir na política interna e externa de direitos humanos.

Diante disso, realiza e coordena processos de incidência nacional e internacional sobre os direitos humanos no Brasil, em parceria com organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Mesmo diante da pandemia os projetos se mantiveram ativos, necessitando em alguns casos adaptação dos projetos para atendimento do seu objetivo, assim como novos incrementos financeiros.

No ano de 2024 o instituto promovia os seguintes projetos:

Projeto União Europeia

Prazo: 10/2023 a 10/2026

Finalidade: Fortalecer a atuação de OSC e lideranças jovens para a criação e ampliação de mecanismos de governança da Agenda 2030 em municípios

Projeto Suíça

Prazo: 01/05/2024 a 30/04/2026

Finalidade: Este projeto tem o objetivo de aumentar a participação das/os defensoras/es de direitos humanos (DDHs) brasileiras/os no Sistema Universal de Direitos Humanos. Ao amplificar suas vozes e agendas em fóruns internacionais, os DDHs desenvolverão mais habilidades e ferramentas para impactar o nível nacional por meio de estratégias de advocacy internacional.

	Valor Recebido	Valor Utilizado	Saldo a Utilizar
Projeto União Europeia (*)	332.634	(364.599)	(31.965)
Projeto Suíça (*)	111.542	(88.770)	22.772
Projeto Itaipu (*)	228.000	-	228.000
Total Adiantamento de Projetos	672.176	(453.369)	218.807

(*) O saldo relativo ao projeto UNIÃO EUROPEIA esta classificado no ativo e representa adiantamentos feitos pelo Instituto em 2024 que serão cobertos por nova subvenção em 2025. Os demais projetos estão classificados no Passivo e o saldo de recursos será aplicado em 2025.

NOTA 8 - PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social é formado pelos superávits/déficits acumulados que representam os recursos destinados a atingir o cumprimento de sua finalidade.

No exercício de 2024 a Entidade incorreu no déficit de R\$ 82.019, e ano de 2023 no déficit de R\$ 77.774.

Em 2024 o Instituto recebeu subvenções no montante de R\$ 339.542 e no ano de 2023 R\$ 721.585.

NOTA 9 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Aluguéis e Condomínios	(12.195)	(23.915)
Manutenção e Reparos de Imóveis	-	(400)
Depreciações	(3.531)	(3.530)
Despesas com Pessoal	(7.451)	(18.940)
Energia Elétrica	(2.172)	(1.675)
Telecomunicações	(2.123)	(1.829)
Limpeza e Conservação de Imóveis	(5.016)	(2.378)
Material de Expediente	(888)	(208)
Serviços Profissionais	(9.583)	(3.768)
Assessoria Empresarial	(127.639)	(32.338)
Outras Despesas	(61.807)	(9.397)
Total de Despesas Administrativas	(232.405)	(98.378)

NOTA 10 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial, como aplicações financeiras e outras contas a receber e a pagar estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos. A Administração da Entidade não realizou nos exercícios operações com derivativos e quaisquer outros ativos em caráter especulativo.

* * * * *